



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - CES
Concurso Público (Aplicação: 02/04/2006)
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL/NS

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

- Verifique, nos espaços devidos do CARTÃO-RESPOSTA, se o número de controle é o mesmo que está ao lado do seu nome na folha de chamada. Caso o número de controle não corresponda ao que está nessa folha, comunique imediatamente ao fiscal de prova. Não se esqueça de assinar seu nome no primeiro retângulo.
- Marque as respostas das questões no CARTÃO-RASCUNHO, a fim de transcrevê-las, com caneta esferográfica preta, de ponta grossa, posteriormente, no CARTÃO-RESPOSTA.
- Não pergunte nada ao fiscal, pois todas as instruções estão na prova. Lembre-se de que uma leitura competente é requisito essencial para a realização da prova.
- Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO-RESPOSTA, para que ele não seja rejeitado pela leitora.



As cinco primeiras questões são referentes à língua portuguesa.

Pesquisando sobre o medicamento Feldene para apresentação de um trabalho, um internauta encontrou um texto do qual foi extraído o seguinte trecho:

“Uso durante a Gravidez e Lactação

1 Apesar de não terem sido observados efeitos teratogênicos em testes com animais, o uso de Feldene®
2 durante a gravidez não é recomendado. O piroxicam inibe a síntese e liberação das prostaglandinas através de uma inibição
3 reversível da enzima ciclooxigenase. Este efeito, assim como ocorre com outros AINEs, **ASSOCIAR** a uma incidência maior
4 de distocia e parto retardado em animais quando o fármaco é administrado até o final da gravidez. AINEs também podem
5 induzir ao fechamento do ducto arterioso em crianças.

6 A presença de piroxicam no leite materno foi verificada durante o tratamento inicial e o de longa duração (52
7 dias). A concentração de piroxicam no leite materno é aproximadamente 1% a 3% a do plasma. Durante o tratamento, não
8 houve acúmulo de piroxicam no leite em comparação ao plasma. Feldene® não é recomendado durante a lactação, pois a
9 segurança de seu uso em lactantes ainda não foi estabelecida.”

01

Caso o internauta quisesse reescrever a primeira frase do excerto, a única alteração NÃO condizente com o original seria:

- (a) Embora não tenham sido observados efeitos teratogênicos em testes com animais, o uso de Feldene® durante a gravidez não é recomendado.
- (b) Ainda que não observados efeitos teratogênicos em testes com animais, o uso de Feldene® durante a gravidez não é recomendado.
- (c) Mesmo não tendo sido observados efeitos teratogênicos em testes com animais, o uso de Feldene® durante a gravidez não é recomendado.
- (d) Em virtude de não terem sido observados efeitos teratogênicos em testes com animais, o uso de Feldene® durante a gravidez não é recomendado.
- (e) Não obstante inobservados efeitos teratogênicos em testes com animais, o uso de Feldene® durante a gravidez não é recomendado.

02

Segundo o site, a associação relatada na linha 3 é recente. Para expressar esse sentido pretendido, a palavra “associar” (destacada em negrito e maiúsculas no texto) deveria ser substituída por

- (a) havia sido associado.
- (b) associara-se.
- (c) teria sido associado.
- (d) tem sido associado.
- (e) viria sendo associado.

03

Analise as alterações propostas pelos itens a seguir:

- I) “observados” por “constatados” (linha 1)
- II) “inibe” por “acarreta” (linha 2)
- III) “também” por “igualmente” (linha 4)
- IV) “aproximadamente” por “ocasionalmente” (linha 7)

Estão corretas apenas as alterações propostas pelos itens

- (a) II e III.
- (b) II, III e IV.
- (c) I e II.
- (d) I e III.
- (e) II e IV.

04

Na redação do texto, percebemos a presença de algumas preposições. **Assinale a substituição que preservaria o sentido original, mas NÃO exigiria ajustes no restante da frase.**

- (a) “durante” por “enquanto” (linha 2)
- (b) “durante” por “após” (linha 6)
- (c) “através” por “mediante” (linha 2)
- (d) “com” por “em” (linha 1)
- (e) “até” por “ao” (linha 4)

Muitas vezes ao substituírmos o número de uma palavra (singular para o plural, por exemplo), convém termos atenção a todas as alterações que obrigatoriamente faremos ao longo da frase.

Analise as substituições propostas e a quantidade de alterações de número necessariamente implicadas, desconsiderando, para efeito de contagem, a permuta sugerida.

- I) “efeitos” por “efeito” (linha 1) - 3
- II) “teste” por “testes” (linha 1) - 0
- III) “AINEs” por “AINE” (linha 3) - 2
- IV) “inibição” por “inibições” (linha 2) - 3

Assinale a alternativa que contém os itens corretos.

- (a) I e II.
- (b) II e III.
- (c) III e IV.
- (d) I e IV.
- (e) I e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Na 1ª parte da obra: **“O Serviço Social na Contemporaneidade”**, Marilda Villela Iamamoto afirma que: “O Assistente Social dispõe de um Código de Ética profissional e, embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um Trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam”. **Considerando essa afirmação, assinale a alternativa correta que conclui o pensamento da autora.**

- (a) “Esse processo de compra e venda da força de trabalho cria a necessidade de o profissional buscar quotidianamente sua qualificação para ingressar no mercado”.

- (b) “Esse processo de compra e venda da força de trabalho contribui para que o Assistente Social se torne o mediador das classes subalternizadas no mercado capitalista”.
- (c) “Esse processo de compra e venda da força de trabalho o iguala as demais profissões demandadas pelo mercado capitalista”.
- (d) “Esse processo de compra e venda da força de trabalho explicita a relação capital x trabalho de caráter contraditório existente no exercício profissional”.
- (e) “Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor”.

No Item: Em busca da consolidação do projeto Ético Político do Serviço Social na Contemporaneidade, Iamamoto reafirma a proposta da Profissão, conforme o trecho:

- (a) “Considerar a questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social, e o segundo é apreender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho”.
- (b) “Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas”.
- (c) “A questão social explica a necessidade das políticas sociais, no âmbito das relações entre as classes e o Estado, mas as políticas sociais, por si, não explicam a questão social. Aquela é, portanto, determinante devendo traduzir-se como um dos pólos chaves da formação e do trabalho profissional”.
- (d) “Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo, que forma uma grande equipe de trabalho”.
- (e) “O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social”.

lamamoto afirma que A formação profissional na contemporaneidade, item encontrado na segunda parte de sua obra, deve ser

- (a) "... uma proposta voltada para a produção/reprodução da vida material dos sujeitos sociais".
- (b) "... uma proposta de especialização do trabalho e a atuação do assistente social".
- (c) "... uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais".
- (d) "... uma proposta que considere as novas bases de produção da questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano profissional".
- (e) "uma proposta que se reafirma como profissão por ser demandada pela população subalternizada".

A Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 dispõe sobre

- (a) a Organização da Assistência Social e dá outras providências.
- (b) o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- (c) a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
- (d) a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.
- (e) a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

No Artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social, a assistência social tem por objetivos

- (a) "I - Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;"
- (b) "I - Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;"
- (c) "I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas

inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;"

- (d) "I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;"
- (e) "III - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;"

Dos princípios da Lei Orgânica de Assistência Social, encontra-se:

- (a) "Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;"
- (b) "Integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;"
- (c) "Respeito à liberdade e apreço à tolerância;"
- (d) "Precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;"
- (e) "Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;"

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069, de 13 julho de 1990, dos Direitos Fundamentais em seu Capítulo I Do Direito, à Vida e à Saúde dispõe:

- (a) A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (b) A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente conferindo a seu detentor de opor-se inclusive aos pais.
- (c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (d) A criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- (e) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade dispõe o seguinte

- (a) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- (b) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (c) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
- (d) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- (e) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças dos espaços e objetos pessoais.

Da Política de Atendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, retirou-se o seguinte trecho.

- (a) "Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente".
- (b) "Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial".
- (c) "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".
- (d) "Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho".
- (e) "De atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade".

Para Filgueiras no artigo: "Trabalho, sociedade e políticas sociais", nos últimos anos tem-se discutido muito sobre o papel do Estado e do mercado na resolução de questões sociais.

Conforme o trecho

- (a) "Em uma sociedade com níveis majoritários de pobreza como a nossa, não é mais possível manter-se a mistificação da assistência, julgando-se que é possível combater a pobreza pela via da assistência ou das ajudas residuais".
- (b) "Contudo, pouco se fala sobre a sociedade. Ou, ao contrário, refere-se a ela como se fosse remédio para todo o tipo de problema. Considerar apenas o Estado e o mercado, guardando uma imagem distante ou simplista da sociedade, é uma concepção mecânica e pobre".
- (c) "A implantação do Welfare State visa atenuar uma crise de super-produção do capital, como também dar respostas às exigências impostas pelo trabalho. A assistência passa a ser reivindicada como direito".
- (d) "Os movimentos sociais urbanos têm sido objeto de versões conceituais em torno da temática do surgimento de uma nova cultura política e da especificidade do conflito urbano, pensada a partir da cidade enquanto objeto de estudo".
- (e) "A questão social, hoje, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal".

No item: O perfil das políticas sociais no Brasil, Filgueiras analisa que:

- (a) "a baixa cobertura; a discriminação; a estratificação; a desigualdade; a distância entre benefícios e necessidades; o gigantesco aparato administrativo; as práticas clientelistas; a perversão dos mecanismos de financiamento;"
- (b) "elas ficam dependentes de decisões políticas que, mesmo reconhecendo as ineficiências dos programas existentes, se dirigem para um aumento substancial dos gastos sociais, o que requer mudanças de prioridades e de execução de políticas econômicas de outra natureza".
- (c) "a proteção social, para além destas determinações, é um desafio que se coloca desde que a unidade político-administrativa se está consolidando, e seu equacionamento vai

dependem das características assumidas em cada caso por este processo”.

- (d) “a tendência das políticas sociais no país é o caráter compensatório (que visa contrabalançar as desigualdades resultantes da economia de mercado), seletivo e não universalista”.
- (e) “as políticas sociais são, portanto, concebidas e colocadas em prática pelos poderes públicos e destinadas a toda ou a uma parte da população”.

17

No item: A participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas sociais, Filgueiras afirma:

- (a) “Nesses novos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais”.
- (b) “Apesar de seus limites e problemas, os movimentos desempenharam importante papel nas transformações ocorridas no campo das políticas sociais brasileiras. Por outro lado, a maior parte dos estudos sobre tais políticas demorou muito para reconhecer que se elas não são por si mesmas instrumentos de igualdade, tampouco apenas mecanismos de acumulação e legitimação política”.
- (c) “E ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais”.
- (d) “Ressalta-se, ainda, o surgimento de propostas para o ‘desenvolvimento humano’ e ‘desenvolvimento sustentável’, que contam com a chancela de organismos mundiais e continentais, nas quais o *sócio* adquire caráter central”.
- (e) “Para dar conta da complexidade do processo sócio-político-cultural, ressalta-se a importância de identificar as possibilidades de atuação dos sujeitos coletivos, qualificando os elementos propulsores da sociedade civil que podem permear a estrutura da atividade estatal através da elaboração de políticas de saúde e de suas instituições operacionalizadoras”.

18

Pereira afirma em sua obra: Nas trilhas do trabalho comunitário e social:

- (a) “(...) a produção cultural é uma sintética articulação entre o indivíduo, o grupo social e a sociedade. Quem produz signos é o indivíduo, no seu relacionar-se cotidiano com outros homens e com a natureza”.
- (b) “(...) o povo espera dos intelectuais a capacidade de discernimento crítico para poder orientá-lo”.
- (c) “É um contra-senso em trabalho comunitário que alguém proponha isoladamente uma teoria(...). A metodologia em trabalho comunitário faz uma ruptura com esse lugar privilegiado de alguém que detém um certo saber, prestígio e poder, e opta por uma ação mais dialógica”.
- (d) “O medo do desconhecido motiva as pessoas a criar representações sociais de novos fenômenos”.
- (e) “O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia, nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”.

19

No artigo: Os intelectuais e o poder, Foucault afirma:

- (a) “Por verdade não quero dizer o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar, mas o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”.
- (b) “Não somos rãs pensadoras, aparelhos de objetivar e registrar, de entranhas congeladas; temos de parir constantemente nossos pensamentos na nossa dor e dar-lhes maternamente todo o nosso sangue, coração, fogo, alegria, paixão, tormento, consciência, destino e fatalidade que existe em nós”.
- (c) “Fazemos mal a quem devemos fazer sentir nosso poder, pois o sofrimento é um meio mais sensível, para esse fim, do que o prazer(...) ao fazer bem ou ao desejarmos o bem exercemos o nosso poder sobre aqueles que, de alguma forma, já estão na nossa dependência”.
- (d) “Foi preciso muito tempo para saber o que era exploração. E o desejo foi, e ainda é, um grande desconhecido. É possível que as lutas que se realizam agora e as teorias locais, regionais, descontínuas, que estão se elaborando nestas lutas e fazem parte delas, sejam o começo de uma descoberta do modo como se exerce o poder”.
- (e) “Não se deve procurar se uma idéia é justa ou verdadeira. Seria preciso procurar uma idéia bem diferente, em outra parte, em outro domínio, tal que entre os dois alguma coisa se passe, que não está nem em um nem em outro”.

No capítulo sobre Metodologia do trabalho comunitário e social, Pereira apresenta a proposta de autogestão.

- (a) “O processo que implica a idéia de uma série de rupturas permanente dos equilíbrios estabelecidos”.
- (b) “A autogestão visa à transformação e não só à participação. Portanto, o trabalho autogestivo é acompanhado do prazer coletivo da criação, sem padrão e capataz que gozam sozinhos e narcisicamente”.
- (c) “Consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida”.
- (d) “O processo de desenvolvimento da comunidade depende da organização das pessoas que nela interferem”.
- (e) “visa o resgate de todos os direitos fundamentais a plena realização do homem”.

Foucault, em conversa com Deleuze, analisa que

- (a) “(..) se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”.
- (b) “O objetivo de análise é estabelecer relações entre os saberes – cada um considerando como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito..”.
- (c) “O que existe de importante nos movimentos de libertação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade (...), mas o fato de deterem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade”.
- (d) “Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder”.
- (e) “(...) a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você diz: não totalizadora. Luta contra o poder, luta pra fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso”.

Pereira apresenta a proposta que enfatiza: “um conjunto de práticas e dispositivos das relações sociais, a instituição como lugar de transformação e capacidade potencializadora dos fluxos desejantes dos participantes”. **Essa afirmação pertence ao modelo:**

- (a) constituído pelo projeto de construção das comunidades eclesiais de base.
- (b) derivado de uma série de acontecimentos criados pelos movimentos sociais.
- (c) originado da Psicossociologia.
- (d) originado das ciências humanas e sociais.
- (e) originado do movimento institucionalista.

Dentre as diferentes perspectivas da conceitualização sobre comunidade, Pereira afirma que:

- (a) “As comunidades produzem diversos processos que conduzem para diversas descobertas coletivas”.
- (b) “As comunidades populares podem ser também múltiplas e múltiplos são seus interesses, suas ideologias, seus desejos, suas intenções e suas formas organizativas”.
- (c) “As comunidades por si não alcançam efetiva organização popular”.
- (d) “As comunidades em relação com os experts são suficientes e sustentáveis.
- (e) “As comunidades manifestam cotidianamente os saberes coletivizados”.

De acordo com Pedro Demo, é correto afirmar que a pobreza

- (a) não se restringe à carência material.
- (b) é gerada necessariamente pela carência em si de condições materiais para a vida digna.
- (c) sempre existiu e sempre vai existir, por isso são necessárias políticas sociais paliativas.
- (d) socioeconômica não se distingue da sóciopolítica
- (e) social aparece no contexto de vantagens igualmente distribuídas.

Segundo Foucault, no artigo: Verdade e Poder, o problema político essencial para o intelectual pode ser traduzido pelo trecho:

- (a) “o projeto constitucional da democracia corporativa é a destruição da multidão”.
- (b) “o trabalho imaterial não se reproduz na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade”.
- (c) “Uma vez que o expert, integrado à comunidade, demonstra a capacidade de contribuir(...) pode-se delegar a ele algumas áreas de saber”.
- (d) “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com significante... Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou”.
- (e) “não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade”.

De acordo com Maria Cecília Minayo é correto afirmar que o objeto das Ciências Sociais é

- (a) cultural, portanto o dinamismo e a especificidade são características fundamentais das Ciências Sociais.
- (b) histórico, o que significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas.
- (c) social, pois envolve a questão social.
- (d) sócio-cultural, pois as sociedades humanas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído.
- (e) similar ao objeto das ciências naturais.

O ciclo da pesquisa, segundo Minayo, é

- (a) um processo que começa e termina com a fase exploratória da pesquisa, que tem como foco a construção do relatório de investigação.
- (b) um processo que envolve o trabalho de campo, a fase exploratória e o tratamento do material, que se consolidam como etapas estanques e permanentes.
- (c) um ciclo fechado, já que a pesquisa produz conhecimento definitivo sobre o que está sendo estudado.

- (d) um processo de trabalho que começa com um problema e termina com uma resposta definitiva sobre o mesmo.
- (e) um processo de trabalho em espiral, que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

Na obra “Política Social, Educação e Cidadania”, Pedro Demo afirma sobre política social que

- (a) a política social autêntica, sobre o pano de fundo da desigualdade social, precisa implicar compromissos evidentes para convalidar a desigualdade.
- (b) pode ser contextualizada a partir do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais.
- (c) necessita ser distributiva de renda para garantir a cidadania do pobre.
- (d) a política social deve ser emancipatória, garantindo apenas a autonomia política.
- (e) existe determinação necessária entre política social e política econômica. A distribuição dos benefícios econômicos só é viável se houver a devida produção.

Eduardo Vasconcelos aponta o profissionalismo como barreira à prática interdisciplinar. São elementos básicos do profissionalismo:

- (a) o processo de inserção histórica na divisão social e técnica do trabalho e da constituição de saberes, o mandato social sobre um campo específico, a institucionalização de organizações corporativas e a cultura profissional.
- (b) o processo de inserção econômica na divisão social e técnica do trabalho, a cultura profissional e o mandato social.
- (c) o status profissional, a cultura profissional e a institucionalização de organizações corporativas
- (d) o compromisso profissional e o status profissional.
- (e) o mandato social sobre um campo específico, a institucionalização de organizações corporativas e a cultura profissional.

Foucault quando se refere à experiência que teve no Grupo de informação Prisões, conta

- (a) “Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.”
- (b) “o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não seja atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos...”
- (c) “Não são tanto, ou não são só os privilégios da justiça, sua arbitrariedade, sua arrogância arcaica, seus direitos sem controle que são criticados; mas antes a mistura entre suas fraquezas e seus excessos...”
- (d) “Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil”.
- (e) “Quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência”.

É previsto no Código de Ética profissional como dever do Assistente Social nas relações com os usuários:

- (a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- (b) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir sobre seus interesses.
- (c) ter livre acesso à população usuária.
- (d) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho com os usuários.
- (e) cumprir e fazer cumprir o código de Ética.

Considerando os conceitos e níveis de prática interdisciplinar de Eduardo Vasconcelos, assinale a alternativa correta.

- (a) Interdisciplinariedade refere-se a uma gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações entre elas.
- (b) Interdisciplinariedade é entendida como estrutural havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com tendência a horizontalização das relações de poder entre os campos implicados.
- (c) Interdisciplinariedade é um sistema de níveis e objetivos múltiplos, coordenação com vistas à finalidade comum dos sistemas e tendências à horizontalização das relações de poder.
- (d) A interdisciplinariedade pode ser visualizada nas práticas ambulatoriais convencionais onde profissionais de diferentes áreas trabalham isoladamente, sem cooperação e troca de informações entre si, a não ser por meio de um sistema de referência e contra-referência dos clientes com uma coordenação apenas administrativa.
- (e) Interdisciplinariedade é um sistema de um só nível e de objetos múltiplos, a cooperação sem coordenação.

Na saúde, ao Assistente Social, que tem como objeto a questão social, cabe, conforme Ana Maria Vasconcelos, principalmente:

- (a) estimular a manutenção, recuperação e promoção da saúde.
- (b) desenvolver atividade burocrática com a finalidade de assegurar o acesso aos programas de saúde.
- (c) organizar, aprofundar, ampliar, desenvolver, facilitar os conhecimentos e informações relativos à saúde e seus determinantes e a participação social e política dos usuários a partir do conhecimento que a ciência tem produzido sobre a realidade social.
- (d) atender às queixas, sofrimentos, misérias e necessidades dos usuários de forma pontual e individual.
- (e) entender que os limites dos programas de saúde são uma realidade diante da crise econômica pela qual o país atravessa e colaborar com o bom funcionamento dos serviços selecionando os usuários a serem contemplados com os benefícios, levando em consideração os princípios do Código de Ética Profissional.

Ana Maria de Vasconcelos, no livro “A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativa na área da saúde”, afirma que a posição passiva dos Assistentes Sociais, diante das demandas postas ao Serviço Social no cotidiano dos serviços de saúde está determinada pela:

- (a) falta de entendimento por parte dos outros profissionais das reais atribuições e funções do profissional do Serviço Social nos serviços de saúde.
- (b) dura realidade social imposta pela sociedade capitalista que interfere diretamente no trabalho profissional do assistente social.
- (c) falta de condições de leitura crítica da realidade que impede extrair dela possibilidades de ação, pela ausência ou insegurança dos princípios éticos-políticos e também pela falta de exercício político para negociar e eleger estratégias e alianças necessárias que viabilizem ações e espaços democráticos solidários.
- (d) definição dos princípios e objetivos da prática profissional expressos no Código de Ética Profissional.
- (e) opção política conservadora da maioria dos profissionais do Serviço Social atuantes na área da saúde.

A Lei 8.080 define, como objetivo do Sistema Único de Saúde,

- (a) a atenção às vigilâncias sanitárias e epidemiológicas, a saúde do trabalhador e à assistência terapêutica integral, incluindo a farmacêutica.
- (b) a formulação da política de medicamentos, equipamentos imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde.
- (c) A formulação de política de saúde voltada para o tratamento e cura da doença.
- (d) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais das atividades preventivas.
- (e) a promoção da vigilância nutricional e orientação alimentar.

Assinale a alternativa que indica um dos direitos do Assistente Social, conforme o Código de Ética profissional:

- (a) gozar de liberdade na realização de seus estudos, resguardando o direito de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seu trabalho.
- (b) zelar pela observância dos princípios do Código de Ética.
- (c) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão.
- (d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- (e) assinar ou publicar em seu nome trabalhos de terceiros.

É um dos princípios fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética:

- (a) posicionamento neutro com relação à equidade e justiça social.
- (b) livre exercício das atividades inerentes à profissão.
- (c) democratização das informações aos usuários e demais categorias profissionais.
- (d) garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes em suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- (e) sigilo profissional.

Assinale a alternativa que indica Princípios do SUS.

- (a) Participação da comunidade e centralização política administrativa.
- (b) Participação da comunidade e organização dos serviços públicos para garantir a duplicidade de meios para fins curativos.
- (c) Universalidade de acesso ao serviço de saúde em todos os níveis de assistência e participação da comunidade.
- (d) Universalidade do acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e centralização política administrativa.
- (e) Regionalização, hierarquização e centralização da rede de serviços de saúde.

São instâncias colegiadas do SUS, de acordo com a Lei 8.142:

- (a) a Conferência, o Conselho e o Fundo de Saúde.
- (b) a Secretaria de Saúde e o Conselho de Saúde
- (c) a Conferência e o Conselho de Saúde
- (d) o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS).
- (e) a Secretaria, a Conferência e o Conselho de Saúde.

A lei que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS é:

- (a) Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990.
- (b) Lei 8.662 de 07 de Junho de 1993.
- (c) Lei 8.742 de 07 de Dezembro de 1993.
- (d) Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.
- (e) Lei 8.142 de 28 de Dezembro de 1990.

Eduardo Vasconcelos tece algumas recomendações para implantação de práticas interdisciplinares no Livro: "Saúde Mental e Serviço Social". **Considerando tais recomendações, assinale a alternativa correta:**

- (a) É preciso criar bases jurídicas que sustentem processos de burocratização nas equipes interdisciplinares e garanta o espaço para o exercício de cada categoria profissional.
- (b) É necessária nas relações institucionais do Serviço uma estrutura que garanta uma coordenação e uma chefia forte para garantir os privilégios corporativos.
- (c) É fundamental criar uma vontade política o mais consensuada possível entre os trabalhadores da equipe em torno de um projeto teórico, político e assistencial que contemple as novas perspectivas e experiências concretas.
- (d) É necessário criar dispositivos grupais e institucionais que fortaleçam as defesas corporativas e camuflem as fragilidades, parcialidades e limites a fim de manter o equilíbrio e o clima de equipe.
- (e) O estabelecimento de metodologias, técnicas e abordagens socioclínicas deve constituir um processo que preserve os saberes de cada área de modo a não se perder a especificidade de cada área do saber.

É de competência da direção municipal do SUS:

- (a) planejar, organizar, controlar e avaliar os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
- (b) definir e coordenar o sistema de vigilância sanitária
- (c) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substância de interesse para a saúde.
- (d) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supervisão aos serviços de saúde.
- (e) colaborar com a união na execução da vigilância sanitária nos portos, aeroportos e fronteiras.

Ana Maria Vasconcelos, no item "Parâmetros do Serviço Social: o projeto profissional hegemônico" afirma que a profissão é subalternizada devido

- (a) à incapacidade da maioria dos Assistentes Sociais de captar as tendências e possibilidades contidas na realidade.
- (b) à falta de qualidade dos cursos de Serviço Social.
- (c) ao passado conservador da profissão.
- (d) à sua origem vinculada às damas de caridade, que caracteriza a profissão com a benevolência.
- (e) ao fato de o Serviço Social ser uma profissão complementar na área da saúde, servindo, assim, de suporte às demais profissões da área.

Suely Deslandes, em artigo publicado na obra organizada por Minayo, elenca algumas condições para uma "hipótese aplicável":

- (a) deve ter conceitos claros, ser expressa em termos amplos, não deve se basear em valores morais.
- (b) deve ser específica e expressar os valores do pesquisador.
- (c) deve ter conceitos claros, ser específica, não se basear em valores morais e ter como base uma teoria que a sustente.
- (d) deve ter conceitos ambíguos para dar margem às diversas interpretações e se basear em uma teoria.
- (e) deve ser rechaçada a possibilidade de hipótese aplicável nas ciências sociais.

Pedro Demo afirma que existem três posturas no que se refere ao entendimento sobre a desigualdade social. **Considerando as idéias do autor, assinale a alternativa correta.**

- (a) As três posturas indicadas pelo autor são: histórica, cultural e econômica.
- (b) Na postura que considera a desigualdade social como histórica, defende-se que ela foi historicamente inventada, a partir da introdução da propriedade privada e do trabalho assalariado.
- (c) A postura dita conservadora é a histórica.
- (d) Nenhuma das posturas indicadas por Demo prevê o fim da desigualdade social.
- (e) O autor defende a postura dita conservadora de desigualdade social.

